

PORTARIA Nº 712/PMSC de 14/08/2023.
DESIGNO, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **JOARES GABRIEL CIESLAK, 3º SARGENTO PM RR Mat. 918324-8, à contar de 15/08/2023.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 931141

PORTARIA Nº 716/PMSC de 14/08/2023.
DESIGNO, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **ERALDO JOSE DOS SANTOS, 1º SARGENTO PM RR Mat. 916483-9, à contar de 15/08/2023.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 931250

PORTARIA Nº 717/PMSC de 14/08/2023.
DESIGNO, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **ANTÔNIO DO AMARAL, 1º SARGENTO PM RR Mat. 914974-0, à contar de 15/08/2023.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 931251

PORTARIA Nº 707/PMSC de 14/08/2023.
DESIGNO, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **RODRIGO RAFAEL HAMES, 3º SARGENTO PM RR Mat. 922476-9, à contar de 18/08/2023.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 931099

PORTARIA Nº 701/PMSC/2023, 10/08/2023
O Comandante-Geral da Polícia Militar no uso de suas atribuições legais, resolve: **DEMITIR**, de acordo com o artigo 9º, inciso I da Lei nº 11.496, de 19/07/2000 e Edital Nº 44/APMT/PMSC/2022, a professora de Técnica em Redação: **LEIRI APARECIDA RAT-TI**, com nível de instrução - Mestrado, contratada através da Portaria 46/PMSC/2023, de 01/02/2023, das suas funções de Professora de Técnica em Redação no Colégio Policial Militar “Feliciano Nunes Pires” - Joinville, a contar de 16 de agosto de 2023.
AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA
Cel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 931081

PORTARIA Nº 710/PMSC de 14/08/2023.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88 c/c o Art. 4º, do Dec. Lei nº 667/69 e Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 10 inciso I do Decreto nº 1274 de 11 de maio de 2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, ALEX SANTIAGO COSTA, 3º SARGENTO PM RR Mat. 922045-3, à contar de 14/08/2023.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 931174

PORTARIA Nº 711/PMSC de 14/08/2023.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88 c/c o Art. 4º, do Dec. Lei nº 667/69 e Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 10 inciso I do Decreto nº 1274 de 11 de maio de 2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, RONALDO NAZARIO, CABO PM RR Mat. 917281-5, à contar de 14/08/2023.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 931175

PORTARIA Nº 714/PMSC de 14/08/2023.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88 c/c o Art. 4º, do Dec. Lei nº 667/69 e Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 10 inciso I do Decreto nº 1274 de 11 de maio de 2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, ANTONIO DO AMARAL, 1º SARGENTO PM RR Mat. 914974-0, à contar de 14/08/2023.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 931285

PORTARIA Nº 715/PMSC de 14/08/2023.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69 e Art. 107 da CE/89, e de acordo com o Art.15, inciso II, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 380/07, combinado com o Art 10, inciso II, parágrafo único, inciso III, do Decreto nº 1274, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, CABO PM RR Mat. 916093-0, à contar de 21/07/2023.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 931286

Processo SGP-E PMSC 33213/2022

DECISÃO
Trata-se de processo administrativo por inadimplência contratual - PAIC, instaurado a partir de documentos encaminhados pelo Centro de Manutenção e Intendência de Obras – CMIO. Constatam dos autos que a empresa foi notificada pelo fiscal do contrato em duas oportunidades distintas – 21.3.2023 e 28.4.2023 (pág. 98/99 e 103/105), às quais solicitou esclarecimentos quanto ao atraso na execução dos serviços na Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e na 4ª Cia do 4º Batalhão de Polícia Militar. A empresa apresentou respostas às notificações e, em ambos os casos, limitou-se a informar a data em que os serviços foram efetivamente executados (pág. 102 e 108). Em observância ao PAP 405.22, o fiscal do contrato analisou os argumentos apresentados pela empresa e manifestou-se pela continuidade do processo sancionador. A autoridade competente determinou a abertura do PAIC e nomeou o encarregado por meio da Portaria n. 027/DALF/PAIC/2023, publicada no Diário Oficial do Estado em 15.06.2023. O fiscal do contrato requereu a juntada nos autos da comunicação recebida da PMRV, noticiando atraso na execução dos serviços. Em 13 de junho de 2023, o encarregado, por meio eletrônico, intimou a empresa da abertura do processo, concedendo-lhe prazo para apresentar defesa, à qual foi entregue em 20 de junho de 2023. Em sua defesa, que foi apresentada em 2 laudas, a empresa sustentou que o contrato teve início no verão, quando já havia serviços pendentes dos anos de 2021 e 2022 deixados pela empresa anterior. afirmou que no início do contrato havia mais de 200 manutenções corretivas, mais 80 instalações e mais de 900 aparelhos sem manutenção preventiva. Alega que a quantidade de demandas é humanamente impossível de ser atendida no prazo estabelecido em contratos. Além disso, relatou dificuldades em conseguir agendar com as OPMs a realização do serviço, principalmente pelo fato do expediente ser apenas no período vespertino. Quanto à última notificação do fiscal, alega que foram instalados 11 aparelhos na CPMRV entre os dias 5 e 10 de abril de 2023. Quanto ao Posto 19 da Unidade Rodoviária, afirma não constar na planilha de solicitações. Não havendo necessidade de saneamento nos autos, o processo está apto a ser relatado.
Pois bem.
No processo de PAIC, a Administração obedecerá aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, vinculação ao instrumento convocatório e eficiência. O princípio do contraditório contém o enunciado de que todos os atos e termos processuais (ou de natureza procedimental) devem primar pela ciência bilateral das partes e pela possibilidade de tais atos serem contrariados com alegações e provas. Nesse sentido, o jurista Vicente Greco Filho sintetiza o princípio de maneira prática e simples:
O contraditório se efetiva assegurando-se os seguintes elementos: a) o conhecimento da demanda por meio de ato formal de citação; b) a oportunidade, em prazo razoável, de se contrariar o pedido inicial; c) a oportunidade de produzir prova e se manifestar sobre a prova produzida pelo adversário; d) a oportunidade de estar presente a todos os atos processuais orais, fazendo consignar as observações que desejar; e) a oportunidade de recorrer da decisão desfavorável. Segundo Portanova, o contraditório tem duplo fundamento, afigurando-se tanto em seu sentido lógico quanto político (lato sensu). O fundamento lógico é justamente a natureza bilateral da pretensão que gera a bilateralidade do processo. O contraditório é o princípio norteador do próprio conceito da função jurisdicional. O

Texto Constitucional é claro ao incluir a bilateralidade como indispensável também nos procedimentos administrativos, a exemplo do que ocorre no âmbito do Direito Processual Civil e do Direito Processual Penal.
A ampla defesa não é uma dádiva, pois faz parte do interesse coletivo. O princípio da ampla defesa não se restringe aos procedimentos judiciais, sendo aplicável na esfera administrativa quando o Poder Público exerce o poder sancionador sobre as pessoas físicas e jurídicas. Já o princípio da razoabilidade, também chamado de princípio da adequação dos meios ao fim, serve para resolver a colisão de princípios entre valores, bens e interesses. Ele se baseia no conceito de razoabilidade, ou seja, no bom senso, na justiça, no que é racional, legítimo, sensato e justo.
Analisando os autos à luz do princípio da razoabilidade, mesmo que a empresa não tenha cumprido os prazos contratuais, observa-se que os argumentos defensivos são legítimos. Ao consultar os processos por inadimplência em tramitação, apura-se que há pendências contra a empresa anteriormente contratada. É sabido que todos aqueles que optam por participar de licitações devem observar os preceitos que regem esse tipo de procedimento administrativo, especialmente a certeza de que conseguirão fornecer os itens para os quais ofertaram proposta, ou seja, cumprir os serviços pactuados.
No caso em questão, verifica-se que, embora houvesse muitos serviços pendentes, a empresa não se preocupou em solicitar ao fiscal do contrato uma prorrogação de prazo para a execução, mantendo-se inerte, mesmo sabendo que os pedidos estavam em atraso. A atitude da empresa demonstra um verdadeiro desdém para com a administração, possivelmente acreditando que o atraso não seria cobrado pela PMSC.
Engana-se se assim pensou, pois a lei não permite ao administrador decidir se irá ou não apurar as inadimplências contratuais das quais tem conhecimento. A verdade é que o administrador público tem o dever/obrigação de apurar todas as possíveis inadimplências, sob pena de responsabilidade. A apuração pode ocorrer por meio de notificação pelo fiscal, que poderá acatar a justificativa apresentada pela empresa, ou pela autoridade contratante, no caso o Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças – DALF.
Dito isso, a Lei 8.666/93, em seu art. 87, dispõe sobre as sanções aplicáveis pela Administração nos casos de inexecução total ou parcial de contratos firmados com os vencedores dos certames licitatórios.
Vejamos:
“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
I – advertência;
II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
§ 1º – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
§ 2º – As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 3º – A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.”
Conforme se depreende da análise do dispositivo supracitado, as penas elencadas nos incisos I a IV são graduais e vão desde a advertência do contratado até a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. A “advertência” é a penalidade cabível nos casos de infrações ou condutas leves; diametralmente oposta, está a “declaração de inidoneidade”, que deve ser imposta quando o contratado praticar condutas demasiadamente graves, tendo violado normas da Administração ou cláusulas contratuais.
No caso em questão, verifico que a empresa cometeu uma irregularidade leve. Logo, a punição deve ser proporcional ao grau de lesividade da conduta. Não obstante, sabe-se que a pena de multa poderá ser aplicada concomitantemente com as demais penalidades previstas na lei. Sendo assim, considerando-se que a conduta perpetrada pela licitante é de baixa gravidade, entendo que devam ser aplicadas as penalidades previstas nos incisos I e II do art. 87 da Lei 8.666/93.
A interpretação teleológica do art. 87 da Lei nº 8.666/93 revela a intenção do legislador em estabelecer uma gradação das pena-

lidades, ao dispor uma sequência de sanções administrativas de acordo com a gravidade das falhas cometidas pelo contratado. Isso não permite espaço para o administrador público decidir pura e simplesmente a penalidade que acha conveniente, mas sim adotar a adequação, necessidade e proporcionalidade do ato sancionador. Caso contrário, haveria um ato arbitrário. Existe uma nítida gradação entre a advertência, a multa, a suspensão do direito de licitar e a declaração de inidoneidade.

A doutrina, representada por autores como Helly Lopes Meirelles, Marcos Juruena Villela Souto, Sidney Bittencourt e Marçal Justen Filho, é unânime em reconhecer a necessidade da proporcionalidade entre a falta e a pena.

FATO 1 - ESFAP								
Serviço Executado	QTD	Valor unitário	Valor Total	Dta. Final do Prazo	Dta. Da Execução	Dias em atraso	Valor da Multa	
Manutenção Preventiva	3	R\$ 18,71	R\$ 56,13	02/03/2023	29/03/2023	27	R\$ 56,13 x 8,91%	R\$ 5,00
Manutenção Corretiva	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00	02/03/2023	29/03/2023	27	R\$ 60,00 x 8,91%	R\$ 5,35
Instalação	1	R\$ 300,86	R\$ 300,86	02/03/2023	29/03/2023	27	R\$ 300,00 x 8,91%	R\$ 26,81
Desinstalação	1	R\$ 75,00	R\$ 75,00	02/03/2023	29/03/2023	27	R\$ 75,00 x 8,91%	R\$ 6,68
								R\$ 43,84
FATO 2 - 4ºCIA/4ºBPM								
Serviço Executado	QTD	Valor unitário	Valor Total	Dta. Final do Prazo	Dta. Da Execução	Dias em atraso	Valor inadimplente	
Manutenção Preventiva	7	R\$ 18,71	R\$ 130,97	02/01/2023	08/05/2023	126	R\$ 130,97 x 9,9%	R\$ 12,97
Manutenção Corretiva	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00	02/01/2023	08/05/2023	126	R\$ 60,00 x 9,9%	R\$ 5,94
Instalação	0	R\$ 300,86	R\$ 0,00	02/01/2023	08/05/2023	126	-	R\$ 0,00
Desinstalação	0	R\$ 75,00	R\$ 0,00	02/01/2023	08/05/2023	126	-	R\$ 0,00
								R\$ 18,91

No tocante ao fato 3 – Posto 19 da PMRV (Campeche), verificou que o serviço de fato não estava na planilha de controle de demanda, logo, a empresa não tinha conhecimento do serviço. Por tudo exposto e amparado na legislação vigente e no instrumento convocatório, entendo que a empresa SOBERANA CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.166.396/0001-63, violou os termos da legislação vigente e do contrato Nº 522/PMSC/2022 ao atrasar a entrega do objeto contratado em tempo superior ao prazo contratual. Dessa forma, pelos motivos expostos, DECIDO por: a) Aplicação da sanção de Advertência, haja vista a baixa lesividade da conduta, aliada ao fato de que a empresa não possui antecedentes e não foi verificado nenhum cadastro no CADPEN. b) Aplicação da sanção administrativa de MULTA para a empresa processada, na forma da Cláusula Oitava do Contrato, inciso II, alínea “a”, com multa, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente. Fixo a multa em R\$ 62,74 (sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos). Determino à Seção de PAIC: Publicar a presente decisão no Diário Oficial do Estado; Dar ciência da decisão à empresa penalizada; Conceder prazo de 5 (cinco) dias para interposição de recurso hierárquico; Interposto o recuso, analise a admissibilidade e posteriormente tramite os autos à esta autoridade; Findado o prazo para interpor o recurso, sem manifestação, expeça-se a guia de depósito identificado, com validade de 30 dias para o pagamento; Não havendo pagamento, providencie a inclusão da empresa em Dívida Ativa do Estado; Dar ciência da decisão ao CMIO. Florianópolis, 10 de agosto de 2023.

André Cartaxo Esmeraldo
Coronel PM – Diretor da DALF

Cod. Mat.: 931066

POLÍCIA CIVIL

ATO PUNITIVO Nº 14/PCSC/DGPC/CORPC/23, de 14/08/2023.
A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu **CORREGEDORGERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a decisão prolatada na Sindicância Acusatória n. 18/2022 PCSC 29957/2022, resolve **SUSPENDER** por **04 (quatro) dia(s)** o servidor **JOAO PAULO MARTINS JUNIOR**, matrícula n. 0197932901, por infração ao artigo 208, incisos VIII e XV, da Lei n. 6.843/86 EPC/SC.
ALESSANDRO DE SOUSA ISOPPO
CorregedorGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 931222

Nesse sentido, é necessário que o julgador tenha parâmetros para a aplicação das sanções legais. No caso presente, entendendo pela aplicação da advertência concomitantemente com a multa, esta última deverá ser calculada com base na exegese do Contrato assinado pela empresa. A cláusula oitava, inciso I do contrato, prevê multa de 0,33% por dia de atraso na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%. Havendo a consideração de que os atrasos em questão são distintos, é necessário que as multas sejam aplicadas separadamente. Para tanto, apresentarei os cálculos em forma de tabela para melhor compreensão.

PORTARIA Nº 2221/GAB/DGPC/PCSC de 11/08/2023.
CONCEDER AFASTAMENTO, de acordo com o Art. 26, inc. I da Lei nº 6.843, de 28/07/1986, alterado pela Lei nº 18.281, de 20/12/2021 e conforme processo PCSC 88866/2023, aos servidores abaixo relacionados para frequentarem curso promovido pelo Laboratório de Ensino, Pesquisa e Cognição e Justiça (COGJUS), a ser realizado pela Academia de Polícia Civil de São Paulo, em São Paulo/SP, nos dias 29 e 30/11/2023, com afastamento integral.
ANSELMO FIRMO DE OLIVEIRA CRUZ, mat. nº 0376204101, DELEGADO DE POLICIA DE ENTRANCIA ESPECIAL lotado na DRAS DEIC;
FERNANDO HENRIQUE GUZZI, mat. nº 0992318701, DELEGADO DE POLICIA SUBSTITUTO, lotado na CPP CRICIUMA; e
MARCOS ERICO HOFFMANN, mat. nº 0208040001, PSICOLOGO POLICIAL, lotado na ACADEPOL FLORIANOPOLIS.
NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
Delegado Geral da Polícia Civil e.e.

Cod. Mat.: 931245

PORTARIA Nº 110/DIAF/DGPC/PCSC, de 14/08/2023
A COORDENADORA-ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, como fiscal da Autorização de Fornecimento nº 148/CPL/DGPC/2023, PCSC 81855/2023.
ANNA PAULA DE MACEDO MOTA
Coordenadora-Adjunta do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 931240

PORTARIA Nº 111/DIAF/DGPC/PCSC, de 14/08/2023
A COORDENADORA-ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, como fiscal da Autorização de Fornecimento nº 140/CPL/DGPC/2023, PCSC 78542/2023.
ANNA PAULA DE MACEDO MOTA
Coordenadora-Adjunta do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 931241

PORTARIA Nº 112/DIAF/DGPC/PCSC, de 14/08/2023
A COORDENADORA-ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no

DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, como fiscal da Autorização de Fornecimento nº 154/CPL/DGPC/2023, PCSC 78536/2023.
ANNA PAULA DE MACEDO MOTA
Coordenadora-Adjunta do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 931244

PORTARIA Nº 109/DIAF/DGPC/PCSC, de 14/08/2023
A COORDENADORA-ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, como fiscal da Autorização de Fornecimento nº 150/CPL/DGPC/2023, PCSC 81696/2023.
ANNA PAULA DE MACEDO MOTA
Coordenadora-Adjunta do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 931058

PORTARIA Nº 108/DIAF/DGPC/PCSC, de 14/08/2023
A COORDENADORA-ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, como fiscal da Autorização de Fornecimento nº 151/CPL/DGPC/2023, PCSC 81726/2023.
ANNA PAULA DE MACEDO MOTA
Coordenadora-Adjunta do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 931042

PORTARIA Nº 113/DIAF/DGPC/PCSC, de 14/08/2023
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL E COORDENADOR DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Escrivão de Polícia **EVERTON WIEZBICKI**, matrícula nº 0655737-6-01, como Gestor da Ata de Registro de Preços PE nº 0076/2023, PCSC 25877/2023.
GUSTAVO OLIVEIRA ALTEMAR
Diretor de Administração e Finanças
Coordenador do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 931265

PORTARIA Nº 499/PCSC/DGPC/CORPC, de 10/08/2023.
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **RECONDUZIR** a Comissão da **Sindicância Acusatória nº 013/2023**, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 287.861-5, mandada instaurar pela Portaria nº 137/PCSC/DGPC/CORPC, de 27/02/2023, publicada no D.O.E. nº 21.995, de 10/04/2023,, com efeitos a contar do dia 15/08/2023.
Alessandro de Sousa Isoppo
Corregedor-Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 930539

AUTARQUIAS ESTADUAIS

IMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 181/2023
Designa grupo técnico para acompanhamento da execução do Acordo de Cooperação nº 10/2015.
A Presidente do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica para gestão integrada dos cadastros técnicos estadual e federal, firmado entre IMA e IBAMA (Acordo de Cooperação Técnica nº 10/2015), conforme os processos nº 02026.000070/2015-90 e IMA 34325/2023,
RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR os servidores ALESSANDRO ANTONINO OS-TETTO, matrícula nº 953196-3-02, ANDERSON RICARDO STAUB, matrícula nº 962392-2-01, CAMILA PRADO GERENT, matrícula nº